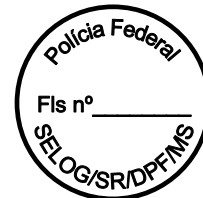




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2016-SR/DPF/MS
PROCESSO Nº 08335.302432/2016-58

ANEXO II

CONTRATO Nº XX/2017-SR/DPF/MS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA xxxxxx, CNPJ yyyyyyyyyyy, NA FORMA ABAIXO:

A União, por intermédio do(a) (*órgão ou entidade pública*), com sede no(a), na cidade de /Estado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 23/2016-SR/DPF/MS mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

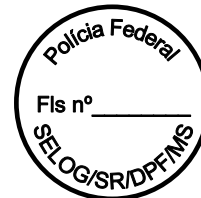
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a serem executados de forma contínua, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



1.3. Objeto da contratação:

ITEM 1 – STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL PARA A CAPITAL DO MS

Sub Item	Serviço	Unidade	Qtd. Est. Mensal	Qtd. Est. Anual	Preço minuto/unidade	Valor Anual Final
1.1	Instalações*	un.	7	7		
1.2	Assinatura tronco digital	un.	7	84		
1.3	Assinatura DDR	un.	28	336		
1.4	Fixo-Fixo	min.	1.890	22.680		
1.5	Fixo-Móvel (VC1)	min.	10.000	120.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 1						

* Taxa única.

ITEM 2 – STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL PARA CIDADE DE DOURADOS/MS

Sub Item	Serviço	Unidade	Qtd. Est. Mensal	Qtd. Est. Anual	Preço minuto/unidade	Valor Anual Final
2.1	Instalações*	un.	2	2		
2.2	Assinatura tronco digital	un.	2	24		
2.3	Assinatura DDR	un.	2	24		
2.4	Fixo-Fixo	min.	700	8.400		
2.5	Fixo-Móvel (VC1)	min.	3.500	42.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 2						

* Taxa única.

ITEM 3 – STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL PARA CIDADE DE PONTA PORÃ/MS

Sub Item	Serviço	Unidade	Qtd. Est. Mensal	Qtd. Est. Anual	Preço minuto/unidade	Valor Anual Final
2.1	Instalações*	un.	1	1		
2.2	Assinatura tronco digital	un.	1	12		
2.3	Assinatura DDR	un.	1	12		
2.4	Fixo-Fixo	min.	400	4.800		
2.5	Fixo-Móvel (VC1)	min.	2.500	30.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 3						

* Taxa única.

ITEM 4 – STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL PARA CIDADE DE CORUMBÁ/MS

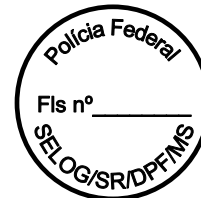
Sub Item	Serviço	Unidade	Qtd. Est. Mensal	Qtd. Est. Anual	Preço minuto/unidade	Valor Anual Final
2.1	Instalações*	un.	1	1		
2.2	Assinatura tronco digital	un.	1	12		
2.3	Assinatura DDR	un.	1	12		
2.4	Fixo-Fixo	min.	400	4.800		
2.5	Fixo-Móvel (VC1)	min.	2.500	30.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 4						

* Taxa única.

ITEM 5 – STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL PARA CIDADE DE NAVIRAÍ/MS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



Sub Item	Serviço	Unidade	Qtd. Est. Mensal	Qtd. Est. Anual	Preço minuto/unidade	Valor Anual Final
2.1	Instalações*	un.	1	1		
2.2	Assinatura tronco digital	un.	1	12		
2.3	Assinatura DDR	un.	1	12		
2.4	Fixo-Fixo	min.	400	4.800		
2.5	Fixo-Móvel (VC1)	min.	2.500	30.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 5						

* Taxa única.

ITEM 6 – STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL PARA CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS

Sub Item	Serviço	Unidade	Qtd. Est. Mensal	Qtd. Est. Anual	Preço minuto/unidade	Valor Anual Final
2.1	Instalações*	un.	1	1		
2.2	Assinatura tronco digital	un.	1	12		
2.3	Assinatura DDR	un.	1	12		
2.4	Fixo-Fixo	min.	400	4.800		
2.5	Fixo-Móvel (VC1)	min.	2.500	30.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 6						

* Taxa única.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

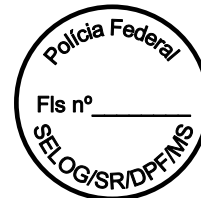
3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total anual estimado da contratação é de R\$...... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses poderão ser reajustados, a cada interregno de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), ou outro que venha substituí-lo, desde que solicitado pela Contratada.

6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início da vigência do reajuste anterior.

6.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

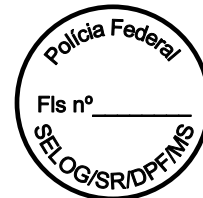
6.5. O reajuste deverá ser aplicado aos valores constantes das planilhas de preços, mantido o desconto oferecido pela Contratada, caso haja.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

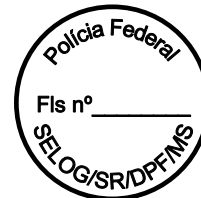
12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Campo Grande/MS - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: